

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL JURÍDICO

BRUM, Iara Molossi¹
SILVA, Raíssa Raimundo da²
NOLASCO, Loreci Gottschalk³

Introdução: O sucesso da advocacia na era digital depende de dois fatores: a dinamicidade dos profissionais, baseada na atuação por meio de portais virtuais, e o fornecimento de conteúdo jurídico de qualidade pelos escritórios de advocacia digital. O marketing digital jurídico é uma ferramenta-chave para a adoção desse segundo fator. Sendo instrumento digital, o marketing digital vem crescendo gradativamente no âmbito jurídico, seja por grandes sociedades de advogados, seja por estagiários, todos vêm desfrutando da ferramenta para crescer profissionalmente.

Objetivos: Identificar a relevância do marketing jurídico para o profissional do Direito, apresentar suas especificidades e importâncias para o cotidiano.

Desenvolvimento: Com a influência que a era digital tem para alterar a forma de prestação de serviços jurídicos e obter maior agilidade e eficiência, será necessário adaptar o fluxo de trabalho a ser desempenhado pela equipe jurídica em relação aos métodos tradicionais da prática advocatícia. O marketing jurídico, pode ser uma ferramenta auxiliar do escritório jurídico para traçar objetivos, criar estratégias e montar o planejamento para que resultados sejam potencializados ao máximo (MOTTA, 2010, p. 1). O marketing jurídico é uma importante ferramenta de gestão e divulgação de atividade jurídica, etiquetada no Código de Ética da OAB e no Regimento nº 94-2000, a fim de evitar a mercantilização da atividade jurídica, o que exigirá do advogado, cautela e responsabilidade no momento de sua aplicação. Todavia, não cabe ao Tribunal de Ética da OAB definir os sites de advogados, que deve usar as redes sociais de modo meramente informativo sem visar a mercantilização, e se decidir inserir o marketing digital em seu escritório deve ser fiel ao Código de Ética da classe. Portanto, se usado de forma adequada será um aliado do profissional, divulgando informações e prospectando clientes para seu escritório. Compreendido o marketing jurídico e como ele é trazido pela legislação vigente, com as devidas limitações, faz-se necessário compreender de que forma ele é praticado, como usá-lo sem ferir as restrições legais, afim de compreender as decisões que vem sendo tomadas pelos tribunais de éticas no Brasil (PAGANI, 2018, p. 35).

Conclusão: O Marketing jurídico digital é um instrumento online que proporciona o crescimento do advogado empreendedor, não possuindo vedação expressa do seu uso pelo Código de Ética da OAB (PEDROSO, 2018, p. 22), razão disso, pode-se afirmar que o marketing jurídico vem ampliando e selecionando o âmbito do trabalho profissional, sendo indispensável para o planejamento social de serviço no âmbito da profissão jurídica.

1 Acadêmica do Curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados/MS.

2 Acadêmica do Curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados/MS.

3 Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Docente e Pesquisadora do quadro efetivo do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail. lorecign@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL JURÍDICO

BRUM, Iara Molossi; SILVA, Raíssa Raimundo da; NOLASCO, Loreci Gottschalk

Referências

MOTTA, Alexandre. **Âmbito Jurídico**. O marketing jurídico e a evolução da advocacia.

http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7126&revista_caderno=18. Acesso em: 27 de outubro, 2020.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil**. <https://www.oab.org.br/arquivos/resolucao-n-022015-ced-2030601765.pdf>. Acesso em: 27 de outubro, 2020.

PAGANNI, Caroline. G. **Marketing Jurídico: Redes sociais para advogados**. 2018. P.58. (TCC, Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Aranguá, 2018.

PEDROSO, Rafael Queiroz de Oliveira. **O aperfeiçoamento da advocacia capacitado pelo empreendedorismo**. 2018. 31 f. ARTIGO (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, 2018.